



PARLAMENTO ABRE DEBATE SOBRE VENDA DE AÇÕES DA CASAN

Audiência pública trata de proposta de emenda constitucional e de projeto de lei em tramitação na Casa



JONAS LEMOS CAMPOS

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) promoveu, dia 16, audiência pública para discutir matérias que tramitam na Casa sobre a venda de ações da Casan. Os servidores da estatal lotaram as dependências do Legislativo para acompanhar as discussões.

A proposta de emenda constitucional, que tramita em regime especial, dispensa a necessidade de consulta popular e legislativa para a venda e a mudança do controle acionário. O projeto de lei, por sua vez, está sendo analisado em regime de urgência e trata especificamente do leilão das ações, preservando 51% delas com o Executivo.

Na reunião, o diretor-presidente da Casan, Dalírio Beber, explicou que a venda das ações tem objetivo de adequar a empresa aos novos marcos regulatórios criados pela Lei Geral de Saneamento. Deputados se revezaram na tribuna para manifestar apoio ou rejeição às propostas.

Deputados se revezam nas manifestações durante debate sobre destino de ações da Casan, que lotou as galerias do Plenário Osni Régis

PÁGINAS 4 e 5

CRICIÚMA REFORÇA CERCO CONTRA AS DROGAS



MIRIAM ZOMER

Na Câmara de Vereadores de Criciúma, Fórum Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas faz radiografia da situação

NOVO RUMO PARA MERENDA



JONAS LEMOS CAMPOS

Comissão de Educação trata do fim da terceirização da merenda escolar

PÁGINA 6

PÁGINA 6



DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL

A análise dos principais indicadores socioeconômicos da Região Sul deixa claro que o crescimento regional não acompanha o ritmo de outras regiões do Estado. A região, que já despontou expressivamente, do ponto de vista econômico, perdeu posições. No período 2007 a 2010, do total dos investimentos privados feitos no Estado, incentivados pelo programa PRO-EMPREGO, 10,2% concentraram-se na região de Joinville; o Sul, absorveu apenas 1,3%.

A mesma situação ocorreu com os investimentos incentivados pelo Programa PRODEC: no período 2003-2010, Joinville absorveu 12,6%; o Sul, apenas 3,2%. Menor investimento significa menor geração de riquezas. Observemos o comportamento do PIB. Em 2007, o PIB per capita de SC alcançou R\$ 17.800; o da região de Joinville, R\$ 25.600; o do Sul, apenas R\$ 12.900, inferior à média de SC.

Outro indicador, refere-se à quali-

dade da Educação Básica. Na última avaliação realizada pelo Ministério da Educação, para a quarta série do Ensino Fundamental, 76,4% das escolas da região Norte alcançaram nota final superior à média estadual. No Sul, esse mesmo percentual alcançou apenas 43,9%.

Exemplos assim são observados em outros indicadores, todos demonstrando a mesma evidência. Enquanto o Sul está empobrecendo, comprometendo a qualidade de vida da sua população, outras regiões avançam a passos largos. A persistir essa realidade, a região corre o sério risco de entrar num círculo vicioso: seu crescimento não avança porque ela carece de novos investimentos e os investimentos não se materializam porque ela não tem condições de absorvê-los.

DEPUTADO ALTAIR GUIDI (PPS)



ECONOMIA VERDE EM DEBATE

A 4ª edição do Sustentar 2011 – Fórum sobre Energias Renováveis e Consumo Responsável, realizado no período de 29 a 31 deste mês, em Chapecó, tem como objetivo debater um dos principais desafios impostos à humanidade, que é conciliar desenvolvimento com sustentabilidade. O fórum possibilitará a troca de experiências e de conhecimentos que apontem na direção de um desenvolvimento econômico com equilíbrio social, cultural e ambiental.

Especialistas do Brasil e do exterior abordarão temas como a expansão de setores de baixo impacto ambiental, tecnologias limpas, energias renováveis, transporte eficiente, gestão de resíduos, agricultura de baixo carbono (ABC), mudança climática e programas de pagamento por serviços ambientais, os quais remuneram agricultores que deixam de produzir para manter áreas de preservação em suas propriedades.

O conceito de “economia verde” ou “emprego verde” será um dos pontos fortes do Sustentar 2011. Incorporar o conceito de sustentabilidade e ações de proteção ao meio ambiente revertem-se em agregação de valor aos produtos e serviços realizados. Na ponta, isso significa geração de emprego. Só no Brasil já temos cerca de 3 milhões de empregos verdes e há potencial para muito mais, principalmente na agricultura.

O contraponto às atitudes que resultam em mudanças climáticas e ao consumo desordenado é urgente para conseguirmos promover o desenvolvimento sustentável. Fomentar isso é um dos objetivos do Sustentar 2011, que promete ser a maior entre as edições já realizadas. Para participar é preciso se cadastrar no site www.alesc.sc.gov.br/escola_legilativo

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (PT)

NOVO OLHAR SOBRE POLÍTICA



Estudantes assistiram peça de teatro dirigida por Sérgio Murilo Bessa

Propiciar a estudantes a oportunidade de conhecer as funções do Parlamento e ampliar seu conhecimento sobre política e cidadania. Essa é a proposta do projeto Educação para a Cidadania: Construindo um Novo Olhar, que integra o programa Conhecendo o Parlamento, coordenado pela Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira. A quarta edição do projeto iniciou dia 16, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, com solenidade de abertura e palestra sobre “O que é política”.

Voltado para estudantes do 7º e 8º ano do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e Superior, o projeto compreende 20 encontros semanais que serão realizados até o dia 06 de dezembro – incluindo seis palestras, duas visitas, duas pesquisas e nove momentos de estudo. Conforme o presidente da Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli (PP), as ativi-

dades possibilitam “mostrar aos adolescentes e jovens a realidade do Parlamento como ela é”.

O projeto surgiu em 2007, a partir de uma provocação do Instituto Estadual de Educação (IIE), e segundo a coordenadora da Escola do Legislativo, Carla Maria Evangelista Vieira Pedrozo, já foi desenvolvido em Florianópolis e em Blumenau.

Após a solenidade de abertura, os 90 estudantes inscritos participaram das primeiras atividades oferecidas nesta quarta edição do projeto. A peça de teatro “Jovem: o presente e o futuro da nação”, dirigida por Sérgio Murilo Bessa, e a palestra “O que é política? A participação do jovem na política”, do professor universitário José Dimas D’Ávila Maciel Monteiro, abriram o processo de formação dos jovens. Monteiro fez uma abordagem filosófica para despertar os múltiplos sentidos da política.

AGENDA

Dia 22, 8h30 – Seminário Psicologia e Trabalho
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

Dia 25, das 8h às 19h – Realização de três eventos simultâneos: Aula do Curso de Formação Política, com o tema “História Política do Brasil”, Aula do Curso de Formação Política para Profissionais da Educação e a Aula Inaugural do Curso de Pós-Graduação em “Poder Legislativo e Cidadania”
Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Gelson Merisio (DEM)
1º Vice-Presidente: Moacir Sopelsa (PMDB)
2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)
1º Secretário: Jailson Lima (PT)
2º Secretário: Reno Caramori (PP)
3º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)
4ª Secretária: Ana Paula Lima (PT)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>
Tiragem: 8 mil exemplares
Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

JORNAL DA ASSEMBLEIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Thamy Soligo
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Cleia Maria Braganholo e Sandra Annuseck
Diagramação e Artes: Lucas Gabriel Diniz, Tiago Fontão Alexandre (estagiário) e Victor Carvalho Barbato (estagiário)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES
Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rossana Espezin,
Reportagens: Alexandre José Back, Lisandrea Costa, Tatiani Magalhães e Vitor Santos
Fotografia: Alberto Neves, Aline Silveira (estagiária), Carlos Kilian, Danielle da Silva (estagiária), Fábio Queiroz, Jéssica Luchi (estagiária), Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares
Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jussie Sedrez Chaves, Louisi Muller de Jesus (estagiária), Stela Maris Martins da Silva e Patrícia Schneider de Amorim
Clipagem: Lucas Gabriel Diniz e Moacir Cardoso
Expedição: Carolina Amaral (estagiária), Celso João da Rocha e Simone M. Alves

ASSEMBLEIA ABRE AUDITORIA NA ÁREA DE PESSOAL

Processo, que tem o objetivo de corrigir distorções, será realizado nos próximos 45 dias e atingirá todos os setores da Casa

Nos próximos 45 dias, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina passará por uma detalhada auditoria no setor de pessoal. O anúncio foi feito dia 17, pelo presidente da Casa Legislativa, deputado Gelson Merisio (DEM), em reunião com a Comissão de Controle Interno. “Não temos compromisso com o erro”, salientou o presidente à equipe de auditores. “Nossa intenção é reverter práticas inadequadas que se arrastam historicamente e corrigir distorções.”

Merisio indicou que o processo inicie em seu próprio gabinete parlamentar e na Presidência da Casa e detalhou aos membros da comissão os passos da auditoria.

Um recadastramento de pessoal será realizado em todos os setores do Parlamento estadual, especificando a função exercida e o horário de trabalho de cada servidor, além do profissional responsável pela área e pelo controle de atividades e frequência da equipe. A intenção é identificar a assiduidade dos colaboradores do Legislativo e corrigir possíveis equívocos na lotação – setor em que o servidor está trabalhando.

O presidente analisou também a exigência contínua do cidadão por maior transparência nas ações administrativas do setor público, tema que é alvo também dos veículos de comunicação. “Passamos

hoje, em todo o país, por um momento de aprimoramento e mais transparência nas práticas públicas. Apesar do possível desconforto interno que possa gerar, a auditoria é a melhor forma de consolidar os parâmetros de excelência que almejamos ao serviço público do Poder Legislativo catarinense,” avaliou o presidente.

A Assembleia Legislativa dispõe atualmente de 1.650 servidores, entre efetivos ativos e comissionados, distribuídos nos 40 gabinetes parlamentares, em suas representações nas regiões e na administração da Casa – diretorias Geral, Legislativa, Procuradoria, Administrativa, Financeira, de Re-

ursos Humanos, de Comunicação Social e de Tecnologia. Os nomes dos servidores legislativos já se encontram disponibilizados no site oficial da Assembleia – www.alesc.sc.gov.br – e, após a conclu-

são da auditoria, serão inseridos também no Portal Transparência www.alesc.sc.gov.br/portal/transparencia - de forma a facilitar a pesquisa dos colaboradores do Parlamento.



MIRIAM ZOMER

Presidente Gelson Merisio anuncia auditoria que tem objetivo de identificar a assiduidade dos servidores

FORQUILHINHA DEBATE AÇÕES CONTRA BULLYING

Com objetivo de combater a violência no meio escolar, a Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, em parceria com o Ministério Público Estadual, realizou mais uma etapa do programa de Enfrentamento ao Bullying Escolar e Educação para a Cultura da Paz. As atividades lotaram dia 16 o auditório da Casa Mãe Helena, em Forquilha, no Sul do estado.

Educadores, gestores escolares, médicos, estudantes, pais e autoridades reuniram-se para discutir o problema. O programa visa fomentar o debate sobre bullying escolar, ampliando o conhecimento sobre o tema e refletindo sobre a prevenção por meio de uma educação para a cultura da paz.

Segundo o secretário municipal de Saúde, Rangel Loch, que sugeriu o evento na cidade, qualquer tipo de violência gera maior demanda para a saúde pública. Para ele, “prevenir

o bullying é prevenir o atendimento em hospitais”.

O prefeito Vanderlei Alexandre comentou que já existe uma lei municipal que trata da prevenção do bullying nas escolas. Ele disse, porém, que qualquer forma de violência ou preconceito deve ser combatida em todas as áreas da sociedade e não apenas na educação.

GESTORES

A palestrante, Cléo Fante, vice-presidente do Centro Multidisciplinar de Estudos e Orientação sobre Bullying Escolar e autora de dois livros sobre o assunto, ressaltou a importância de qualificar os gestores educacionais. “Esse tipo de violência está cada vez mais frequente no cenário escolar e exige muita atenção para que os educadores evitem consequências desastrosas, uma vez que sua

manifestação pode ser física ou psicológica.

De acordo com Fante, o bullying pode acontecer em qualquer contexto social, como escolas, universidades, famílias, entre vizinhos e em locais de trabalho. Mas é no contexto escolar que mais é identificado.

A palestrante destacou os prejuízos mais comuns às vítimas desse tipo de agressão, como a dificuldade no aprendizado, no desenvolvimento do processo de socialização e alteração na saúde mental. Os sintomas mais usuais são depressão, baixa autoestima, ansiedade e, por fim, abandono dos estudos.

Nova etapa do Programa de Enfrentamento ao Bullying Escolar, aconteceu no auditório da Escola de Educação Básica do município de Meleiro, também no Sul do Estado.

ENTENDA MAIS

A AUDITORIA

Será realizada em duas etapas:
1) Servidores comissionados
2) Servidores efetivos

- Corrigir possíveis equívocos de lotação (setor em que está atuando o servidor);
- Reverter práticas inadequadas.

RESOLUÇÕES

Irã averiguar:
- Lotação de servidores;
- Registro de frequência;
- Folha de pagamento.

- Assim que concluído o processo de auditoria, todas as informações de lotação de servidores serão detalhadas no Portal Transparência – além do que já está no Site da Casa – de forma clara e transparente;
- Servidores que forem identificados em situação irregular serão exonerados ou responderão processo administrativo;
- Para cada grupo de servidores: anunciar o representante pelo controle de assiduidade e a sua assinatura será pré-requisito para o pagamento do salário.

OBJETIVOS

- Consolidar parâmetros de excelência no serviço público do Poder Legislativo – seguindo diretrizes do GesPública (certificação para órgãos públicos que atendem requisitos de eficácia e eficiência, entre outros);
- Conferir ainda mais transparência à administração da Casa;
- Conferir funções e, principalmente, assiduidade de todos os servidores;
- Em até 45 dias: recadastramento de todos os servidores por setores, identificando responsáveis pelo controle de frequência e relatório de atividades;

EQUIPE DE AUDITORIA

- Servidores efetivos da Casa, especialistas em auditoria pública. Formam o Controle Interno do Legislativo de Santa Catarina.

CAMPANHA DA ADOÇÃO NA OAB

A Campanha “Adoção – Laços de Amor” foi destaque na XVI Conferência da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina (OAB/SC), realizada em Florianópolis, de 10 a 13 de agosto, no Centro Sul. A Assembleia Legislativa montou um estande no evento para divulgar a campanha, realizada em parceria com OAB/SC, Ministério Público e Tribunal de Justiça.

Santa Catarina tem hoje cerca de 1.600 crianças em instituições de acolhimento, muitas aguardando adoção. A maioria, no entanto, tem acima de oito anos, o que contraria o desejo da quase totalidade daqueles que pretendem adotar. Entre os que planejam acolher em seus corações, vidas e lares um filho

adotivo, 98% querem uma criança de até três anos. O Poder Judiciário está engajado para garantir maior agilidade nos processos de adoção, e a sensibilização social acontece para flexibilizar os planos de futuros pais e mães, ampliando seu olhar para crianças mais velhas.

Informações sobre adoção podem ser obtidas pelo telefone 0800 644 4994.



PARLAMENTO DEBATE A VENDA DE AÇÕES DA CASAN

Audiência pública aborda proposta de emenda constitucional que retira obrigatoriedade de consulta popular à alienação e projeto de lei que trata especificamente da transação



Público acompanha discussão promovida pela Comissão de Constituição e Justiça em torno de matérias que tramitam no Legislativo

ALEXANDRE BACK

A Assembleia Legislativa realizou, na manhã do dia 16, audiência pública para debater duas matérias de procedência do Executivo que viabilizam a alienação minoritária das ações da Companhia de Águas e Saneamento (Casas). Promovido pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o debate reuniu parlamentares, representantes do governo e lideranças sindicais.

Foram debatidos a PEC 07/2011, que propõe a alteração do texto da Constituição Estadual, excluindo a necessidade de prévia de consulta popular e legislativa para alienação e mudança no controle acionário da Casas, e o PL 236/2011, que tramita em regime de urgência e dispõe especificamente sobre o leilão das ações da empresa resguardando 51% delas para o Executivo. O governo estima a venda de 35% das ações da Casas, que hoje estão em poder da Codesc, SC Par e Celesc.

O diretor-presidente da Casas, Dalirio Beber, esclareceu que a venda das ações tem objetivo de adequar a empresa aos novos marcos regulatórios estabelecidos pela Lei Geral do Saneamento (11.445/2007), estendendo o atendimento em saneamento básico a

todos os municípios atendidos, de forma progressiva, dos atuais 16% para 100% em 2025.

Para tanto, explicou, é necessário capitalizar a entidade dando condições de contrapartida a um plano de saneamento que totaliza R\$ 1,5 bilhão em sua primeira etapa, e a obtenção de um sócio estratégico, público ou privado, que some aportes financeiros. "A Casas está preocupada em reunir as condições

para universalizar o atendimento de esgoto sanitário em sua área de atuação. Para isso, precisamos de um investimento total de R\$ 5,2 bilhões, demandando ainda muitas engenharias financeiras", disse.

Beber afirmou ainda que não haverá privatização da empresa, pois o estado manterá sob seu controle 51% do montante de 62% de ações que detém atualmente. "Que ninguém decida em cima de suposições. O

controle acionário permanecerá nas mãos do governo", sentenciou.

COMPARAÇÃO

Presente à audiência, o ex-procurador geral do Estado do Paraná, Carlos Marés, traçou um comparativo entre a venda de ações da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), em 1988 e o projeto em tramitação em Santa Catarina. Conforme Marés, foram alienados 39% dos ativos da empresa em troca de recursos que acabaram não revertendo em benefício para a sociedade. "Foram R\$ 350 milhões que se perderam no caixa do governo. Só restaram demissões e a queda na qualidade dos serviços", disse. Ele afirmou ainda que o caso foi levado aos tribunais, que se pronunciaram pela ilegalidade da iniciativa. "O acordo foi ilegal por várias razões mas, principalmente, porque violava o interesse público", declarou.

Da mesma forma, o representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Casa, Jucélio Paladino, afirmou que o projeto apresentado já foi adotado em outros estados. "Esta modelagem é velha. O governo fica com 51% das ações, mas abre mão da gestão da empresa", disse.



Servidores da Casas acompanham em telão no hall a audiência pública

DEPUTADOS REPERCUTEM MUDANÇA

Proponente do debate, o líder da bancada do PT, Dirceu Dresch, declarou-se surpreso com o discurso do Executivo. Segundo os números apresentados pelo parlamentar, os ativos e as receitas da empresa estão em ascensão, com perspectivas de grandes repasses por parte do governo federal, mas, ao mesmo tempo, o governo declara que a empresa não tem condições de fazer os investimentos necessários. "Há uma contradição nisso. São declarações que prejudicam a imagem da Casas, em um momento em que se quer vender suas ações", disse.

Dresch afirmou também que o projeto ainda é pouco conhecido pela sociedade catarinense e até mesmo entre os deputados. Há dúvidas, prosseguiu, principalmente sobre os poderes de decisão do sócio que a empresa vier a ter e se ele apoiará investimentos em municípios que não proporcionem rentabilidade. "Isto não está claro e precisamos de mais tempo para discutir", afirmou o parlamentar, que adiantou que solicitará requerimento para que o governo retire o pedido de urgência da matéria.

O pronunciamento foi seguido pelos deputados Sargento Amauri Soares (PDT), Jailson Lima e Volnei Morastoni, do PT. "Estes projetos afetam a democracia ao suprimirem a participação do povo e do Legislativo", afirmou Amauri Soares. "A necessidade do pedido de urgência é tão relevante quanto o conteúdo do projeto. O mínimo que pedimos ao governo é prazo para que o Parlamento possa debater", acrescentou Jailson. "A sociedade tem que saber o que esse projeto representa, suas consequências e resultados", ressaltou Morastoni.



Deputado Dirceu Dresch diz que ativos e receitas da empresa estão em alta



Deputado Darci de Matos sai em defesa da parceria público-privada

uma solução nos moldes do que o ex-presidente Lula nos ensinou, com suas parcerias público-privadas (PPPs) e do que a presidente Dilma vem fazendo com a entrega da administração de rodovias e aeroportos à iniciativa privada", disse.

RESPONSABILIDADE

Para o deputado Joares Ponticelli (PP), a questão deve ser analisada sem paixão ou ideologia, buscando as fórmulas adotadas no plano nacional. "Temos que discutir com responsabilidade para viabilizarmos o atendimento sanitário à população", disse.

Participaram ainda o deputado Dado Cherem (PSDB), o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de SC, Odair Rogério da Silva, o procurador-geral do estado, Nelson Antônio Serpa, o secretário da Casa Civil, Antônio Ceron, o representante da SC-Par, Ênio Branco, o representante dos trabalhadores da Celesc, Lair Maurício Fonseca, o representante dos empregados no Conselho de Administração da Celesc, Jair Maurício Fonseca, o coordenador dos Movimentos Sociais de Santa Catarina, Alan Rodrigues, o diretor do sindicato dos trabalhadores em transporte da Grande Florianópolis, Dionísio Linder, e o coordenador intersindical dos eletricitários de Florianópolis, Leandro Nunes da Silva.

SAIBA MAIS

PEC 07/2011, de autoria do Executivo, que propõe a alteração do texto da Constituição Estadual, excluindo a necessidade de prévia consulta popular e legislativa para a alienação e mudança no controle acionário da Casas. Tramita em regime especial e percorre apenas a Comissão de Constituição e Justiça. O relator na Comissão é o deputado Dado Cherem (PSDB).

PL 236/2011, de autoria do Executivo, que dispõe especificamente sobre a alienação das ações e tramita em regime de urgência na Casa. Comissões em que tramita: CCJ, Finanças e Tributação e Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia. Relator na CCJ: deputado José Nei Alberton Ascari (DEM).

Os 45 dias de prazo para a tramitação do PL 236, impostos pelo regime de urgência, contam a partir da solicitação do Executivo, feita dia 4.

JOINVILLE RECEBE SEMINÁRIO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O auditório da Univille, em Joinville, recebeu, dia 15, a etapa final da série de seminários que percorrem o estado para discutir e colher propostas para o novo Plano Nacional da Educação (PNE), em tramitação no Congresso Nacional. Promovido pela Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, em parceria com as comissões de Educação da Câmara dos Deputados e da Assembleia Legislativa, o encontro contou com a participação de parlamentares, professores, gestores e especialistas em educação.

O PNE traça diretrizes e metas para a educação que devem ser alcançadas até 2020. Entre elas, a erradicação do analfabetismo através da universalização e melhoria do atendimento escolar, valorização dos profissionais da educação e o

estabelecimento de metas para a aplicação de recursos públicos.

O secretário de Educação de Joinville, Marcos Aurélio Fernandes, enfatizou a importância da participação do município nas discussões do PNE. "Vivemos um momento especial, em que as discussões em torno deste tema relevante estão ganhando destaque. Isso é de extrema importância para o país", disse.

Da mesma forma, o reitor da Univille, Paulo Ivo Koehntopp, afirmou que o momento era aguardado por toda a comunidade acadêmica da região. "As metas estabelecidas pelo Plano ainda estão longe de serem atingidas e precisaremos de muito debate e esforço de todos para que consigamos evoluir neste setor".

O presidente da Comissão de

Educação e Cultura da Assembleia Legislativa, deputado Carlos Chiodini (PMDB), ressaltou ser de fundamental importância levar os seminários do PNE a todas as regiões catarinenses e colher o máximo de propostas. "É importante que essas questões sejam compartilhadas e que haja a participação de todos. Isso dará aos legisladores federais mais subsídios para construir o PNE", disse.

Presente ao seminário, o deputado federal Pedro Uçzai (PT) acrescentou que não há possibilidade de sucesso do PNE sem a participação da sociedade e educadores. "O plano é um verdadeiro marco jurídico para o país e ele não poderá ser aprovado em sua plenitude sem a ampla participação de todos", falou Uçzai, membro da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.



Presidente da Comissão de Educação, Carlos Chiodini, defende participação popular na elaboração do PNE

QUALIDADE E FINANCIAMENTO EDUCACIONAIS

Em sua palestra, o professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Gaudêncio Frigotto, destacou a valorização profissional como o principal desafio a ser enfrentado para a melhoria da educação no país. Ele disse ainda que o PNE traça apenas os grandes eixos educacionais, sendo necessário que a classe acadêmica lute para incluir as reivindicações da categoria, tais como melhorias nas condições de trabalho, capacitação, remuneração e plano de carreira. "Este é um desafio enorme, mas temos que, primeiramente, firmar uma concepção de qualidade, com clareza e organização, pois somos a categoria que pode promover as mudanças nesse país", disse.

Para o professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Dilvo Ristoff, que discorreu sobre financiamento, gestão, expansão e universalização do ensino, garantir mais recursos ao setor é o primeiro passo para a garantia da qualidade da educação. "Não adianta ter metas sem recursos para viabilizá-las. Somente aumentando os repasses poderemos atender a um conjunto de objetivos, que incluem implantação de escola integral, possibilidade de educação continuada e a própria melhoria na infraestrutura das instituições de ensino público", disse.

Ele destacou ainda a realização dos seminários do PNE como instrumento para a conscientização

da sociedade e da classe política do país. "Precisamos que estas questões sejam amplamente socializadas para sensibilizar quem tem poder de decisão", frisou Ristoff.

Participaram também do seminário a secretária de Educação de Campo Alegre, Angela Aparecida Reckziegel Hubner, o vice-reitor da Universidade Católica de Santa Catarina, Robert Carlisle Burnett, a diretora do Senai de Joinville, Hildegard Schlupp, a representante da Gerência Regional de Educação, Jordelina Beatriz Anaeto Voss, a vereadora e presidente da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Joinville, Dalila Leal e a pró-reitora de Ensino da Univille, Ilanil Coelho.

CRICIÚMA REFORÇA A LUTA CONTRA AS DROGAS

Pesquisa atesta alto índice de consumo no município, que decide criar Frente Parlamentar na Câmara de Vereadores

O Fórum Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, da Assembleia Legislativa, presidido pelo deputado Ismael dos Santos (DEM), realizou, dia 15, mais uma audiência pública para debater a situação das drogas na região, na Câmara de Vereadores de Criciúma. No encontro, foi divulgada pesquisa sobre consumo de drogas no município, realizada pelo Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas (Comad). Foram 2.020 entrevistas domiciliares e o resultado preocupou as autoridades.

Na pesquisa, 42% dos entrevistados citaram o cigarro, 29% álcool, 7,7% maconha, 3% crack e 2,5% cocaína. Pesquisa similar foi realizada em dois colégios da cidade, um público e outro privado. Na escola pública, 41% já experimentaram álcool, 28% cigarro, 21% maconha, 4% cocaína, 2,5% crack e 3% extase. Na escola privada, 40% ingeriram álcool, 19,8% fazem uso de cigarro, 12% de maconha, 4,2% de cocaína, 4,2 de crack e 7% de ecstasy.

Também chamou a atenção o alto consumo de medicamentos. Na pesquisa domiciliar, 26,9% responderam que usam calmantes e 20,5% anti-depressivos. Diante do quadro, a Câmara de Vereadores decidiu criar uma Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas e programou, junto com o Comad, uma passeata contra o uso de drogas. Para o presidente do Comad, Manoel Roseng, a expectativa é desenvolver ações e atrair apoios para reverter a situação.

“Se todo mundo pegar junto, no mínimo, vamos reduzir esses números”.

FRAUDE

O promotor público Alex Cruz considerou impressionante o número de pessoas viciadas em drogas lícitas e lembrou: “É considerado traficante tanto o farmacêutico que vende medicamentos sem controle, quanto o médico que passa receita fraudada”. Alex Cruz descreveu o diálogo que manteve com um adolescente de 14 anos, apreendido traficando. “Por que você não estuda, não trabalha? Doutor, eu fazendo esse comércio ganho R\$ 2.500,00 por mês. O senhor não está vendo os professores fazendo greve para ganhar R\$ 1.200,00?”

Cunha considera a legislação muito branda. Atualmente a pena por tráfico é de 5 a 15 anos de prisão, podendo ser reduzida em até dois terços se não for comprovada a ligação do preso com uma organização criminosa, algo muito difícil, segundo ele, porque impera a lei do silêncio.

O secretário de Saúde de Urusanga, Luiz Antonio Fabro, lamentou a falta de políticas públicas direcionadas às drogas e de atendimento. “Batem à porta dizendo ‘pelo amor de Deus, ajude meu filho’, mas não temos lugar apropriado para fazer o tratamento e faltam recursos. “E quando consegue internação, mas não há continuidade, apoio da família, ressocialização, não adianta nada, é dinheiro jogado fora”, observou.



Comandada pelo deputado Ismael dos Santos, Fórum Parlamentar de Prevenção realiza mais uma audiência pública

COMUNIDADES TERAPÊUTICAS COBRAM RECURSOS

O presidente da casa “Desafio Jovem de Criciúma”, o ex-deputado Vânio de Oliveira, cobrou recursos municipais, estaduais e federais para custeio das chamadas Comunidades Terapêuticas.

No estado, as comunidades disponibilizam cerca de 3 mil leitos contra 800 da rede pública. Vânio afirmou que o custo por leito na rede pública é de R\$ 300 por dia, cerca de R\$ 9 mil por mês, enquanto na comunidade o interno custa R\$ 1,5 mil por mês.

O deputado Kennedy Nunes (PP) apoiou Vânio e afirmou “que não existe como recuperar pessoas sem dinheiro”. O deputado anunciou que no dia 29, em Florianópolis, os 10 deputados do Fórum vão entregar um relatório ao governador e reivindicar que o Executivo envie à Assembleia projeto de lei destinando 0,2% do Fundosocial para custeio das comunidades terapêuticas.

Se o governador acatar o pedido, serão cerca de R\$ 1 milhão por mês para uso na adequação das comu-

nidades às regras da Anvisa. Uma vez adequadas, as comunidades também poderão acessar recursos federais do Pronasci. Atualmente elas sobrevivem com doações, campanhas, rifas, festas e até pedágios, sendo que menos de 20% do custeio é bancado com dinheiro público.

O vice presidente da Câmara Municipal, Ivan Roberto Westphal, agradeceu a Assembleia por ter ocupado a Casa do Povo criciumense para discutir, junto com a comunidade, o problema das drogas.

AUDIÊNCIA DEBATE O FIM DA TERCEIRIZAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

A intenção do governo do estado de suspender a terceirização da merenda escolar, anunciada em julho, foi o ponto de partida dos debates da audiência pública promovida pela Comissão de Educação Cultura e Desporto, da Assembleia Legislativa, na manhã do dia 17, no Plenarinho. Deputado Paulo Stuart Wright. De acordo com a vice-presidente da co-

missão, deputada Luciane Carminatti (PT), o fim da privatização do serviço acarretará muito benefícios para o estado. “Vamos incentivar o consumo dos produtos da agricultura familiar, fortalecer a economia, em especial dos agricultores, além de oferecer aos estudantes uma alimentação saudável e consequentemente garantir um bom rendimento no período em que

estiverem em sala de aula”, ressaltou.

Com a participação dos deputados Dirceu Dresch (PT), Neodi Saretta (PT), Sargento Amauri Soares (PDT), autoridades e entidades ligadas à agricultura, educadores e alunos, foram listadas as principais carências da merenda escolar oferecida hoje. A proposta de criar políticas públicas por intermédio de uma ação conjunta entre a Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado da Agricultura foi uma das sugestões apresentadas.

Segundo Dresch, é inaceitável que o Executivo continue comprando alimento de outros estados, uma vez que Santa Catarina possui cerca de 200 mil agricultores preparados para oferecer seus produtos. Em acordo com as cooperativas e entidades presentes na audiência, o deputado propôs que, com o fim da terceirização, 50% dos produtos destinados à merenda escolar sejam oriundos da agricultura familiar.

COMERCIALIZAÇÃO REGIONALIZADA

Representando o secretário de Estado da Educação, Marco Antonio Tebaldi, o diretor de Cooperativismo e Agronegócios da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, Paulo Von Dokonal, reconheceu a importância de valorizar os produtos oferecidos pela agricultura do estado. “Vamos aprofundar o debate, desejando que o produto seja comercializado no mercado de forma regionalizada aprimorando a logística de compra, comercialização e estocagem”, observou.

O prefeito de São Domingos, no Oeste catarinense, Alcimar de Oliveira, revelou que com uma boa logística e

administração é possível reduzir custos e oferecer uma merenda de qualidade. Segundo ele, o primeiro passo é valorizar os produtos do estado. “Quando assumi o governo municipal, São Domingos oferecia 28 itens na alimentação escolar, hoje são 147, sendo que 47 itens vêm da agricultura familiar”.

Representando as cooperativas da agricultura familiar de Santa Catarina, Genésio Fonseca afirmou que a valorização da agricultura familiar na merenda escolar será uma forma de fortalecer a economia regional, cuidando da saúde das crianças e evitando doenças e a obesidade.



Comissão de Educação realiza reunião no Plenarinho da Assembleia

SAÚDE ESCLARECE DÚVIDAS SOBRE MUTIRÃO DE CIRURGIAS

Meta é realizar mais de 22 mil intervenções no estado



SOLON SOARES

Atendendo convite do deputado Volnei Morastoni, secretário Dalmo de Oliveira comparece à Assembleia Legislativa

O secretário de Estado da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, esteve dia 17 na Assembleia Legislativa para falar sobre os critérios para o programa de mutirão de cirurgias eletivas implantado pelo Executivo. O programa tem objetivo de desafogar a fila de espera de cirurgias no estado, com a realização de 22,6 mil procedimentos. Serão investidos R\$ 20 milhões em verbas suplementares à tabela do SUS, originárias do projeto Revigorar III.

O atendimento obedecerá à ordem de inscrição feita nos municípios, com as cirurgias sendo realizadas, preferencialmente, nas sedes regionais. Terão prioridade as pessoas já cadastradas no sistema e que há mais de dois anos aguardam na fila de espera por uma operação.

Os procedimentos deverão começar em agosto, estendendo-se até o final do próximo ano, mas há a

expectativa de que o prazo seja reduzido para até oito meses. O governo aguarda a adesão de 200 unidades hospitalares ao mutirão, número que, passadas três semanas do lançamento do programa, soma 77 hospitais.

PORTAS ABERTAS

Presente à reunião, o presidente da Associação e Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde de Santa Catarina (Ahesc-Fehosc), que engloba 180 instituições privadas e filantrópicas, Tércio Egon Kasten, destacou a importância da iniciativa, mas afirmou que a eficiência do programa está vinculada à participação de gestores hospitalares e profissionais da saúde nas decisões. "Os hospitais estão de portas abertas, mas o mutirão precisa ter a adesão dos médicos.", disse.

Para o diretor da Ahesc-Fehosc,

Brás Vieira, a responsabilidade da execução do mutirão não pode recair sobre a rede hospitalar. "Não foi buscada uma parceria para diminuir o atrito entre o governo e os prestadores de serviço", frisou.

Dalmo reconheceu que os valores pagos a atendimentos de média complexidade não são os ideais, mas que espera a adesão da categoria. "O programa tem um caráter mais social e humanitário do que mercantil e acredito que haverá apoio de todas as partes envolvidas", disse. O secretário afirmou ainda que o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, sinalizou com o aumento da cota de procedimentos cirúrgicos patrocinados pelo governo federal, que em 2010 somou seis mil, número 50% inferior ao de 2009.

Proponente da reunião, o deputado Volnei Morastoni (PT) afirmou que a explanação foi importante para esclarecer informações do mutirão.

CAMPUS AVANÇADO DA UFSC DIVIDE DEPUTADOS

Uma comissão de trabalho será formada para analisar a viabilidade de uma parceria entre a UFSC e a Furb, da qual surgiria o novo campus da UFSC em Blumenau. A decisão foi tomada dia 16, em Brasília, durante reunião do secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação, Luiz Claudio Costa, com o prefeito de Blumenau, João Paulo Kleinübing, os reitores da UFSC, Álvaro Prata, e da Furb, João Natel Poltonio Machado, a deputada estadual Ana Paula Lima (PT) e o deputado federal Décio Lima (PT/SC).

A reunião aconteceu logo após o anúncio da presidente Dilma Rousseff de expansão do ensino superior e tecnológico no Brasil, com previsão de criação de um campus da UFSC em Blumenau. Ana Paula avalia que houve um grande avanço nas negociações, com a possibilidade de

firmar uma parceria entre a federal e a Furb, "oportunizando milhares de vagas de ensino público e gratuito para a cidade de Blumenau e todo o Vale do Itajaí".

O deputado Jean Kuhlmann (DEM), que também esteve em Brasília acompanhando as negociações, disse que o grupo técnico vai avaliar a possibilidade de que este campus da UFSC adote "aos poucos aquilo que é da Furb."

O deputado Ismael dos Santos (DEM) lamentou, por sua vez, a decisão do Ministério da Educação de implantar em Blumenau um campus avançado da UFSC, desistindo de federalizar a FURB. O deputado Aldo Schneider (PMDB) se declarou surpreso com a notícia. "Não é um vale qualquer, a região tem 25% da população catarinense, mais de 1 milhão de habitantes", observou.



Ana Paula: grandes avanços



Kuhlmann: parceria da UFSC e FURB

NA TRIBUNA

SEGURANÇA

Na sessão ordinária do dia 16, o deputado Sargento Soares (PDT) parabenizou os policiais militares que evitaram um assalto a banco em Angelina, prendendo seis assaltantes. Também elogiou a atuação da PM, que prendeu dois assaltantes que invadiram um supermercado em São José e fizeram reféns. O deputado também denunciou a situação dos moradores do Complexo do Baú que continuam isolados, sujeitos a furtos e assaltos.



Soares: Polícia Militar atuante

PASSAPORTE DIGITAL

O deputado Kennedy Nunes (PP) parabenizou o governo do Estado pela parceria na implantação do programa Passaporte Digital, de iniciativa do parlamentar, que pretende promover a inclusão digital de adultos e pessoas da terceira idade. O programa possibilita que pessoas com mais de 80 anos acessem pela primeira vez a rede mundial de computadores e está funcionando em Içara, São Francisco do Sul, Itajaí, Laguna e Lauro Muller.



Kennedy: inclusão digital

ESCOLA DO LEGISLATIVO

O deputado Joares Ponticelli (PP) relatou viagem que realizou, representando a Unale, para San Antonio, no Texas (EUA), para participar de encontro dos parlamentares americanos. Destacou também as atividades da Escola do Legislativo, que preside. Atualmente estão em andamento cursos de Formação Política e de Educação para Cidadania. Anunciou para 25 o primeiro curso de pós-graduação promovido pela Escola do Legislativo.



Ponticelli: cursos e pós-graduação

ESTADO ADERE AO SUASA

O deputado Padre Pedro Baldissera (PT) anunciou o lançamento e a adesão de Santa Catarina ao Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), que beneficiará a produção e a comercialização de produtos pelos empreendimentos dos pequenos agricultores catarinenses. A adesão dos produtores ou cooperativas ao Suasa deve ser feita por convênios dos Estados e municípios junto ao governo federal.



Baldissera: adesão de SC ao Suasa

ESTADOS DO SUL MOBILIZADOS POR INFRAESTRUTURA

Fórum Industrial Parlamentar Sul recebe estudo apresentando gargalos logísticos enfrentados na região

Deputados estaduais e as bancadas federais catarinense, gaúcha e paranaense debateram o Projeto Sul Competitivo em encontro dia 12, no Plenário Deputado Osni Régis, no Palácio Barriga Verde. A Federação de Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) apresentou o estudo que mapeou os gargalos logísticos enfrentados pela região Sul e sugeriu soluções em conjunto para melhorar a infraestrutura e ampliar a competitividade das cadeias produtivas dos três estados.

Os representantes do Fórum Industrial Parlamentar Sul, deputados federais Edinho Bez (PMDB-SC) e Paulo Pimenta (PT-RS), estiveram presentes ao lado do senador Casildo Maldaner (PMDB), deputado federal Esperidião Amin (PP) e dos deputados estaduais Manoel Mota (PMDB), Angela Albino (PCdoB), Valmir Comin (PP) e Dóia Guglielmi (PSDB).

Também participaram do encontro os representantes da Federação de Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Heitor Muller, e da Federação de Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Mário Stamm, que são parceiros do Projeto Sul Competitivo que conta, ainda, com apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

INTERTÍTULO

Na posição de um dos coordenadores do Fórum, Edinho falou que o objetivo dos três estados é somar forças. Já o deputado federal Esperidião Amin alertou que ainda há muito para trabalhar até a integração do Fórum do Sul ser completa. Uma das responsáveis por trazer o evento para o Parlamento, a deputada Angela Albino disse estar impressionada com o con-



Deputado Edinho Bez comanda reunião com a participação da bancada federal deputados estaduais

teúdo proposto. “Essa iniciativa é essencial para tirar do papel obras necessárias para os três estados”.

O presidente eleito da Fiesc, Glauco Côrte, ressaltou a importância dos deputados para defender o Sul em Brasília, reafirmando os pleitos da região diante do governo federal. “É indispensável o apoio da classe política. A indústria brasileira arca hoje com um custo muito elevado. A cada R\$ 100 faturados, R\$ 18 são gastos com logística, o dobro do custo de empresas americanas que são nossas concorrentes no mercado mundial”, explicou. Côrte lembrou ainda que as oportunidades também estão sendo mapeadas para aumentar a competitividade industrial do Sul do Brasil.

EM BUSCA DE UM TRANSPORTE DE QUALIDADE

Alcantaro Corrêa, presidente da Fiesc na ocasião, e representante da indústria, acredita que a entidade está preparada para esta iniciativa baseada em seu amplo diálogo com sindicatos laborais, patronais e imprensa. Já o presidente da Fiergs, Heitor Muller, destacou que os três estados possuem anseios semelhantes referentes às carências de diferentes setores. “A BR-101, que há anos vem sofrendo atraso em sua obra, será beneficiada com esta iniciativa”, ressaltou.

Representando o presidente da FIEP, o executivo Mário Stamm lançou um desafio: “Queremos fazer do transporte – ferroviário, rodoviá-

rio, marítimo e aéreo – referência de qualidade no Sul do país”.

O consultor da Macrologística Oliver Girard adiantou que o projeto tem duas fases. “Na primeira estamos preparando um diagnóstico para traçar um planejamento estratégico do transporte de cargas nos três estados e nos países do Mercosul, visando aplicar todas as alternativas possíveis para reduzir custos. Na segunda fase vamos formar um eixo de integração e desenvolvimento”. Para reduzir os custos logísticos serão selecionados modais de transporte modernos (trilhos com bitolas de 1,60 metros, portos com águas profundas).

De acordo com Renato Pavan,

sócio da Macrologística, o projeto já identificou as 19 principais cadeias produtivas da região Sul a partir dos eixos de transportes que ligam a produção até o cliente final tanto no Brasil quanto no exterior. São cerca de 70 produtos diferentes da origem até o destino. “A partir deste trabalho será mapeada a integração de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná com os países vizinhos, como Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile”, afirmou. Para tirar o Sul Competitivo do papel vão ser contempladas obras que já estão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), obras das previstas nos orçamentos dos estados, além da participação do setor privado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SEDIA ATO EM DEFESA DO CARVÃO MINERAL

O ato conjunto dos três estados do Sul em defesa do carvão mineral reuniu lideranças políticas e representantes do setor carbonífero. Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Carvão Mineral da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o deputado Valmir Comin (PP) afirmou que o propósito do ato é reativar o desenvolvimento do setor. Uma das metas é assegurar a participação das empresas carboníferas nos leilões de energia A-5 que o Governo Federal promoverá até o final do ano. “O carvão é o pré-sal do Sul. Esta fonte de energia precisa ter a sua importância reconhecida pelo governo para ganhar legitimidade.

Temos investidores, solucionamos as questões ambientais, mas o carvão precisa ser incluído nos leilões da Eletrobras e passar a integrar o sistema”, defendeu o deputado.

A Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral, o presidente do Sindicato da Indústria de Extração de Carvão de Santa Catarina, ex-deputado estadual Ruy Hülse, o presidente do Sindicato Nacional da Indústria da extração de Carvão, César Weinschenck de Faria, e o presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral, Fernando Luiz Zancan, salientaram, em seus pronunciamentos, a viabilidade econômica do carvão do Sul do país

e a possibilidade de uma alternativa para a energia elétrica.

Pioneira na produção do mineral, com a descoberta em 1827 de uma jazida no município de Lauro Müller, Santa Catarina possui a segunda maior reserva do país (de 32 bilhões de toneladas) com 10,41%, colocando-se entre o Rio Grande do Sul (89,25%) e Paraná (0,32%). A qualidade do carvão, do tipo betuminoso alto volátil A, é considerada a melhor, avaliando o uso do carvão catarinense principalmente na produção de termoeletricidade e indústrias cimenteira, de papel celulose, cerâmica, de alimentos e de secagem de grãos.



Deputados Valmir Comin e Edinho Bez traçam estratégias ao produto